

Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 - Abertura

4 de dezembro de 2018

Desde que assumimos a responsabilidade como Governo e como Ministério quisemos tornar claro quais os nossos propósitos. Que estes seriam de longo prazo mas com ação imediata.

E se procurarem nos resultados destes três anos de ação verão que **valorizar o território**, tornar a **economia circular** e **descarbonizar a sociedade** são mesmo os três grandes eixos de política do agora Ministério do Ambiente e Transição Energética.

Por isso, muito para além do dia-a-dia e de um conjunto de investimentos estruturantes, já em curso (para terem uma ideia só no ciclo urbano da água eles ultrapassam os 500 milhões de euros, na adaptação ao território – litoral e combate às cheias e secas – eles são mais de 200 milhões e na descarbonização dos transportes e eficiência energética eles são mais de 1200 milhões), quisemos dotar o país de três instrumentos de fundo que projetassem de forma integrada cada um dos vértices da nossa ação política.

Para a **valorização do território** o **PNPOT, Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território**.

Para a **economia circular** o **PAEC, Plano de Ação da Economia Circular**, e finalmente, para a **descarbonização**, o **RNC 2050**.

Ou seja, o roteiro que nos explica como podemos ser neutros em carbono no ano 2050 e o que vamos, como país, fazer para poder capitalizar esta aposta, antes dos outros.

Já agora, antes de me focar no RNC 2050, quero referir ainda a criação do **Fundo Ambiental**, como alavanca financeira de suporte de políticas de investimento, e a **ENEA, Estratégia Nacional de Educação Ambiental**, base de uma nova cultura para o território e para as matérias ambientais entendidas na sua dimensão mais vasta.

Todas estas criações são filhas de uma equipa capaz, motivada e comprometida; a nossa.

Ser neutro em carbono em 2050.

Foi há dois anos que o primeiro-ministro António Costa na COP do clima em Marraquexe assumiu este compromisso perante os seus pares e deixou esta fascinante encomenda ao nosso ministério.

Fomos, de facto, pioneiros quando assumimos este desígnio mas hoje vários países colocam a neutralidade carbónica como objetivo a atingir até 2050. Também a Comissão Europeia publicou, na semana passada, a sua visão para uma estratégia de longo prazo para a redução de emissões, focada em alcançar a neutralidade carbónica em 2050, a par com o desenvolvimento económico e social da Europa.

Para Portugal, ser neutro em carbono em 2050 significa reduzir, a partir de 2017, de **68** para **12** Megatoneladas as emissões de CO₂ até esse ano. Significa aumentar de **9** para **12** Megatoneladas a capacidade de sequestro florestal de que o nosso país dispõe.

Olhado do lado da capacidade de sequestro de carbono, isto significa não perder, mas sim aumentar ligeiramente a área florestal do país, reduzindo a área média ardida por ano em cerca de 40% (mesmo assim são admitidos valores superiores àquela que ardeu este ano, pois o reconhecimento do impacto que já hoje têm as alterações climáticas a isso obriga).

Significa também aumentar as áreas de pomares e hortícolas e sobretudo as de agricultura de precisão, nela incluídos os regadios, usando menos fertilizantes e sendo mais eficiente no uso da água.

Mas se todos os setores são importantes, garantir a neutralidade tem como base uma significativa alteração nos hábitos dos portugueses. Os sectores de que mais se espera são os da produção de eletricidade e da mobilidade.

Repito alguns dos valores da apresentação que já foi feita pelo presidente da APA.

Em 2030, **80% da energia elétrica produzida** no país virá de fontes renováveis; **em 2050 será 100%**.

A nossa dependência energética do exterior é hoje de **75%**. Em 2030 será de 65% e em 2050 de **17%**.

O uso de petróleo que hoje ultrapassa os **65** milhões de barris/ano não irá além dos **10** milhões em 2050 e já não será usado na mobilidade terrestre.

A **poupança** anual decorrente das importações em combustíveis que deixaremos de comprar atingirá os **4 mil milhões de euros por ano**, o que representa um valor acumulado (entre 2020 e 2050) de **128 mil milhões de euros**.

As trajetórias custo eficazes de produção de energia a partir de fontes renováveis estão identificadas, bem como a capacidade de reserva que as baterias terão até essa data.

Esta trajetória e este compromisso farão de Portugal um alvo de concentração de investimentos, se mantivermos no presente e no futuro uma política pública previsível, amiga destas apostas e sem sobressaltos regulatórios e fiscais.

Já em 2040, todos os edifícios de escritórios serão 100% descarbonizados e, em 2050, todos os edifícios residenciais. Isto é, consumindo apenas energia elétrica, com o aquecimento e arrefecimento garantido por bombas de calor, e com o aquecimento de águas provenientes do solar.

E reparem que esta previsão e este compromisso não traduzem qualquer restrição à atividade económica, pelo contrário.

Dos três cenários avaliados, aquele que confirma a nossa capacidade de ser neutro em carbono é aquele em que a economia, bem como a população e até a mobilidade, mais crescem.

Hoje, em Portugal, 5% dos veículos que entram no mercado já são elétricos ou híbridos “plug in”.

Em 2030, é nosso compromisso que um terço dos veículos ligeiros, sejam elétricos, bem como toda a logística urbana. Em 2050, estes valores devem rondar os 100%, devendo existir uma penetração expressiva do hidrogénio nos pesados.

Podemos falar em “proibições” de circulação de veículos a gasóleo ou gasolina. Sou até dos que pensa que já na próxima legislatura deverá ser dada às autarquias, por Lei, o poder de definir localmente políticas específicas neste domínio.

Mas, mais importante do que isso, será a redução de preços que resultará da massificação dos carros elétricos que conduzirá a que, já na próxima década, deixe de ser custo eficaz comprar um carro a gasóleo, e na década seguinte o mesmo acontecerá para os motores a gasolina.

Este é o melhor desincentivo à introdução dos motores a combustão.

As datas que temos são muito realistas e contemplam o efeito de renovação do “stock”, natural de quem não se querará desfazer de um carro comprado há pouco tempo.

Acredito que se vá assistir a rápidas e consistentes mudanças em todos os sectores de atividade. Na mobilidade vamos assistir a uma disrupção; em poucos anos, muito vai mudar.

Na atividade dos transportes, em 2050, só na aviação e no transporte marítimo estaremos a usar combustíveis fósseis, nessa data já com uma incorporação crescente de biocombustíveis.

Como já viram e verão no roteiro, as apostas de valorização do território e do capital natural e a circularidade na economia são “chave” para o sucesso, daí decorrendo a necessária e densa articulação destes três vértices de política.

As apostas de atividade económica em espaço rural que são propostas deste roteiro e pressuposto do seu sucesso, são em tudo alinhadas com a valorização do capital natural que consta do PNPOP, bem como o cenário escolhido como mais relevante se baseia num modelo territorial polinucleado.

O cômputo positivo da dos sumidouros de carbono não dispensa a remuneração de serviços de ecossistema, como elemento da maior relevância da construção de uma nova paisagem.

Sabedores da importância negativa que têm a atividade de processamento de matérias primas virgens na produção de emissões, a circularidade perpassa por todo o roteiro.

Desde o mais evidente, como seja a redução da produção e da deposição de resíduos em aterro, a par da redução do desperdício alimentar, assim como, as opções de servitização e de partilha que conduzirão a novos modelos de negócio, tudo isto está presente ao longo do roteiro.

Há cerca de um mês, penso que todos nesta sala se aperceberam do relatório do IPCC que nos dizia termos 12 anos para mudar de vida pois o aquecimento do planeta já se encontrava entre os 1,1 e os 1,2 graus Celsius.

O que talvez poucos tenham reparado foi que nesse mesmo dia, o FMI, reunido em Bali, preocupado com o “slow down” da economia nos passava a receita de sempre: mais produção, mais poluição, mais extração de materiais. O normal.

É verdade que foram estes os grandes impulsionadores da nossa economia e do conseqüente bem-estar de que dispomos.

É também verdade que estes impulsos do FMI produzem cada vez menos resultados e por períodos de tempo a cada passo mais curtos.

Sim. Se vamos ser 10.000 milhões de almas na terra em 2050 temos que crescer.

Num país, não interessa agora porquê, que tem uma dívida externa superior a 100% da riqueza que gera a cada ano, temos necessariamente que crescer.

O que este roteiro nos propõe é um caminho, com cambiantes, de crescimento, mas regenerador de recursos e tendencialmente neutro em carbono.

A riqueza de um país não se pode medir apenas em PIB. A riqueza de um país tem de traduzir os níveis de qualidade de vida, a segurança, a qualidade da educação, os níveis de emprego, a qualidade do ambiente, os ativos ambientais, os recursos endógenos, entre outros aspetos.

O que este roteiro nos apresenta é uma nova conceção de desenvolvimento que contribuiu para todos estes desígnios. Uma visão sobre o país que queremos ser e que queremos em conjunto construir.

Um país que soube aproveitar os seus recursos endógenos, que não negou as novas tendências associadas à economia da partilha e à digitalização e que soube apostar na inovação, envolvendo a sociedade no caminho da neutralidade.

Um país que apostou na competitividade, no uso eficiente dos recursos e que alcançou elevados níveis de qualidade do ambiente, reduzindo os riscos para a saúde.

Um país que apostou na educação, na formação dos jovens para os empregos do futuro e apostou na cidadania ambiental.

Nada do que aqui apresentamos será feito sem o apoio da sociedade, sem encarar os impactes sociais e sem proteger os mais vulneráveis.

Há investimentos a fazer em resultado deste plano. Antes de os quantificar fixemo-nos no cenário base do próprio roteiro. Este cenário, sem o impulso da neutralidade levará a uma redução em 60% das nossas emissões até 2050. Ora o nosso objetivo fixa esta redução em pelo menos 85% e por isso há uma parcela extra que exige compromisso e medidas de política.

Existe já em marcha uma caminhada para a descarbonização da economia, e como tal é esperado que a dinâmica económica de mercado apoiada por um enquadramento de políticas públicas adequadas, dê origem a um investimento anual de **30 mil milhões de euros entre 2020 e 2050**. No entanto, é preciso ir mais além.

Para se atingir a neutralidade carbónica são necessários investimentos adicionais anuais na ordem de, pelo menos, **dois mil milhões de euros**, (cerca de 6% do valor do investimento realizado (FBCF)), reforçando-se assim a importância que a neutralidade carbónica tem no crescimento da economia, através da capacidade que apresenta na componente do investimento.

Perguntam-me se haverá custos? Sim. Os custos maiores são os da inação.

Os custos das alterações climáticas estão há muito estudados. Os custos da adaptação serão muito superiores aos custos das políticas de mitigação.

Mas há outros custos. Os custos de não nos adaptarmos às grandes tendências mundiais. Os custos de não agarrarmos as oportunidades de inovação. Os custos de continuarmos a ser dependentes dos combustíveis fósseis e a manter uma dependência energética da ordem dos 75%. Os custos para a saúde associados à qualidade do ar.

Assim, não faz sentido falar em custos quando estamos a falar de um roteiro para 2050. Faz sentido sim, falar em **oportunidades de investimento que irão estimular a inovação, a criatividade e a competitiva das empresas**. As novas tecnologias em que a neutralidade carbónica assentará vão originar o desenvolvimento de novos setores económicos e de novas oportunidades de emprego. Torna-se assim essencial também garantir uma adaptação das competências de todos os trabalhadores, e alunos, para o mundo novo que aí vem.

Para que o potencial económico da neutralidade carbónica aconteça é necessário **orientar os investimentos públicos e privados** para atividades, processos e tecnologias que contribuam efetivamente para uma economia neutra em carbono e circular.

Uma vez que estes investimentos serão mais vinculados já na próxima década, está a existir uma dinâmica internacional de reorientar os fluxos financeiros para financiar e investir nesta nova economia neutra em carbono e circular:

A nível Europeu, existe já o compromisso de que 25% das despesas da UE vão contribuir para os objetivos climáticos e que mais de 50% do Fundo Europeu de Desenvolvimento e do Fundo de Coesão serão alocados à digitalização e à economia de baixo carbono

Os Estados Europeus estão gradualmente a apostar nas **Obrigações Verdes**, uma vez que elas constituem um sinal claro do compromisso do País para com a neutralidade carbónica e circularidade. Faz todo o sentido Portugal também analisar esta possibilidade.

O setor financeiro europeu está a ser desafiado, pela própria Comissão Europeia, para reorientar os seus empréstimos e investimentos, para projetos que vão ao encontro da neutralidade carbónica.

Assim, a confirmação da **emissão de obrigações verdes no futuro próximo**, a **robustez do preço do carbono** e o **envolvimento do setor financeiro no financiamento de projetos** que valorizem a sustentabilidade dos investimentos será o próximo passo da ação política do nosso Ministério.

Meus caros e minhas caras.

Temos que ter espaço para discutir mas não temos tempo para hesitar. Podemos ser flexíveis nas soluções até porque em 30 anos serão muitas as surpresas ditadas pela história, mas não podemos dar, nem a nós próprios, qualquer margem nas metas fixadas.

Estamos conscientes que alguns setores da economia terão maiores dificuldades em operar esta transição e que as soluções tecnológicas que a suportam ainda não estão disponíveis.

Encarar uma trajetória de neutralidade trará alterações profundas em vários quadrantes da sociedade. Planear esta transição é a melhor forma de sermos todos vencedores.

É por isso que queremos escutar o que diz a sociedade. Este dia não assinala o fim deste processo, mas sim o início de uma consulta do público que decorrerá até ao final do mês de fevereiro, no **Portal PARTICIPA**. Em paralelo, faremos outras apresentações do Roteiro, pelo menos uma no norte e outra no sul do país.

Daremos também seguimento ao ciclo de eventos temáticos com uma sessão dedicada ao **financiamento da neutralidade carbónica** e outra aos **desafios para uma transição justa**.

Sinto uma profunda responsabilidade e um indisfarçável orgulho em ser o ministro com a responsabilidade de conduzir a política climática no momento em que tornamos públicas as conclusões deste trabalho.

A todos os consultores, em especial a Júlia, o Pedro e os Franciscos (Ferreira e Avilez), à APA particularmente ao Nuno, à Ana Teresa e ao Eduardo, ao meu Gabinete com destaque para a Ana Paula, a Inês e mais recentemente a Sofia, aos meus colegas de ofício com destaque para o José Mendes, o meu sincero agradecimento. Sem vós não estaríamos aqui.

Mas esta responsabilidade, no país que Ruy Belo descreveria como “Portugal, o país onde o puro pássaro é possível”, a dias da parte política da COP do clima para a qual partimos com esperança mas não menos cautela nas expetativas, tem um significado muito especial.

Procuramos traduzir com este roteiro um compromisso de um País, à escala global e, em simultâneo, consigo próprio, com os seus setores produtivos, com todos os portugueses e portuguesas, em busca, como disse no lançamento deste trabalho o Primeiro Ministro António Costa, de criação de emprego mas mais qualificado, com geração de riqueza mas mais sustentada e de elevados níveis bem estar mas mais partilhado.

Muito obrigado